

## Um armazém de escravos no Atlântico: o comércio na Ilha de São Tomé – século XVI.

Cecília Silva Guimarães

São Tomé aparece na historiografia de forma diminuta e principalmente relacionada ao comércio de escravos e a economia açucareira. Muitos historiadores costumam destacar as práticas políticas, econômicas e sociais que se desenvolveram na ilha e atravessaram o Atlântico, sendo novamente realizadas nas Américas, caracterizando-a como um *Laboratório Tropical*.<sup>1</sup> Enquanto outros autores a consideram como “um mero ponto de passagem, ou de escala para se proceder à aguada e carnagem necessárias aos navios da carreira da Índia.”<sup>2</sup> Sem deixar de trabalhar com tais idéias, é necessário destacarmos os processos históricos desenvolvidos na ilha com o cuidado de não unificarmos as relações sociais, econômicas e políticas concluindo que todas as sociedades desenvolveram as mesmas instituições, o que certamente anularia as diferenças entre as culturas e o contexto em que cada uma estava inserida. Analisar São Tomé requer um exercício de não cairmos apenas num estudo de caso ou numa história comparada baseada nas demais possessões ultramarinas portuguesas. Desta forma a pesquisa em andamento preocupa-se em ressaltar as singularidades da ilha, observando os processos históricos desenvolvidos antes mesmo de o Brasil despontar como uma das grandes empreitadas do que consideramos Império Ultramarino Português.

São Tomé, ilha de 857 km<sup>2</sup>, localizada a 180 milhas da costa africana, recebeu os primeiros contatos portugueses ainda em 1470-71. A princípio desabitada era um espaço propício para o estabelecimento português em terras longínquas da Europa e tão próximas da Costa da Guiné.<sup>3</sup> Somente em 1485, D. João II introduziu enquanto

---

<sup>1</sup> Ver ALENCASTRO, Luis Felipe. *O trato dos viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos – Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

<sup>2</sup> ARAÚJO, Maria Benedita A. de Almeida. *A Ilha de São Tomé – Alguns problemas históricos*. Separata da Revista da Universidade de Coimbra. Vol. XXXVI, ano 1991. p. 263

<sup>3</sup> Ainda hoje há uma discussão a respeito dos *angolares*, que segundo a tradição oral e alguns autores atuais, já estariam na ilha, no momento da chegada dos europeus. A hipótese mais antiga defende que os *angolares* eram descendentes daqueles que sobreviveram ao naufrágio de um navio vindo de Angola, em meados do século XVI. A segunda hipótese é de que os *angolares* são habitantes originais da ilha – argumento utilizado pelos nacionalistas santomenses na luta pela independência – e a última e mais nova hipótese, caracteriza os *angolares* como escravos fugidos durante os séculos XVI e XVII. □ De uma forma ou de outra, estes se integraram significativamente na sociedade e na estrutura comercial de São Tomé, durante o século XVIII. In SEIBERT, Gabriel. “Os angolares da Ilha de São Tomé: Naufragos,

estrutura político-administrativa ou instituto jurídico o sistema de capitanias, nomeando como capitão-donatário João de Paiva, que partiu de Portugal com aqueles que seriam os primeiros povoadores da ilha.<sup>4</sup> Em setembro do mesmo ano, uma carta régia determinou os deveres, e entre outros privilégios, que os moradores poderiam resgatar nos cinco rios além da Fortaleza de São Jorge da Mina, assim como ressaltou a necessidade do desenvolvimento do cultivo da cana-de-açúcar na região.<sup>5</sup>

Em 1490, a carta de doação da Ilha para João Pereira, também determinava que, assim como nos outros Arquipélagos Atlânticos, as terras deveriam ser concedidas através de sesmarias.<sup>6</sup> João Pereira faleceu em 1493 e, junto com o novo donatário, Álvaro de Caminha foram enviados cristãos-novos, degredados e escravos negros, determinando o período considerado como o marco do início da efetiva colonização. Entre 1493 e 1499, ao longo da permanência do respectivo donatário, a povoação fundada na ilha foi transferida da área noroeste para a nordeste, posteriormente chamada Baía de Ana Chaves. Esta região por ser mais baixa possibilitava uma melhor penetração na ilha, favorecendo desse modo o plantio da cana-de-açúcar e também seu escoamento.<sup>7</sup> Álvaro de Caminha morreu em 1499 deixando em testamento o relato das terras que possuía, especificando as fazendas junto às ribeiras, que possivelmente seriam usadas para a instalação de moinhos, para a fabricação do açúcar.<sup>8</sup> Deixou a capitania como herança para seu primo, Pero Álvares de Caminha, que ainda tentou permanecer no cargo herdado e pediu a confirmação Régia. Na tentativa de mostrar seu trabalho descreveu como estava administrando a ilha e indicou a descoberta de novos

---

Autóctones ou Quilombolas?” in *Textos de História-Dossiê História Atlântica – Revista do Programa de Pós-graduação em História*. Volume 12 – nº 1/2 2004. p.44

<sup>4</sup> Luís Filipe Thomaz ressalta que as formas tipicamente senhoriais da colonização portuguesa se situam em regiões baseadas na economia agrícola, como as ilhas atlânticas e o Brasil. Segundo o autor o senhorialismo caracteriza a capitania-donatária. “Lá está a mistura dos poderes públicos com a posse da terra, a jurisdição atribuída a um senhor, os direitos do tipo banal, como o exclusivo das moedas e dos fornos.” In BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*. Volume I, Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p 351

<sup>5</sup> Carta Régia de Privilégio aos povoadores de São Tomé, Sintra, 24 de setembro de 1485. BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana 1471-1531*. Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954.

<sup>6</sup> SANTOS, Catarina Madeira. “A formação das estruturas fundiárias e a territorialização das tensões sociais: São Tomé, primeira metade do século XVI”. p.60

<sup>7</sup> HENRIQUES, Isabel Castro. *São Tomé e Príncipe – A invenção de uma sociedade*. Lisboa: Veja Editora, 2000. p.27

<sup>8</sup> Testamento de Álvaro de Caminha, 24 de abril de 1499. BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana 1 471-1531*. Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954.

rios,<sup>9</sup> porém foi Fernão de Melo quem recebeu a jurisdição<sup>10</sup> e também a alcaidaria<sup>11</sup> de São Tomé.

Fernão de Mello permaneceu na administração de 1499 à 1514, tornando-se um dos maiores fazendeiros<sup>12</sup>. No ano de 1514, o corregedor Álvaro Frade visitou a ilha, portando a carta de ofício que lhes garantia o “poder e jurisdiçam e allçada que temos dada per nosas doações a vos dito fernam de mello”.<sup>13</sup> Em fins de 1516 o corregedor Bernardo Segura chegou na ilha com os mesmos poderes de Álvaro Frade e escreveu a Coroa como andava a administração de São Tomé confessando ter achado coisas “bem feias”: Fernão de Melo era acusado de forçar casamentos, de obrigar forros a trabalharem como escravos e também teria queimado muitos autos antes da chegada do corregedor.<sup>14</sup> Contudo segundo a documentação talvez o principal motivo da presença de Segura tenha sido o falecimento de Fernão de Melo e a espera de João de Melo como novo capitão: “Item os dízimos achei senhor, que se arrecadauã por Fernão de Melo. E como soube que era falecido mãey que se pagasẽ perante o escriuã do almoxarifado (...) aguardo por Joham de Melo.”<sup>15</sup>

A Carta do corregedor Bernardo Segura se destaca não só pelo seu conteúdo, mas também pelo contexto em que foi escrita, pois a partir de sua chegada, São Tomé foi marcada por situações singulares. Além de todas as ações tomadas por Segura na reorganização da região, garimpando a justiça, a administração e a economia da mesma, podemos ressaltar o Regimento da venda do açúcar de São Tomé de 1517<sup>16</sup> e o Regimento do Trato de São Tomé de 1519 – destinado a regulamentar o comércio de escravos na ilha e editado apenas um ano depois do Contrato de 1518, que dispunha sobre as primeiras entradas de escravos na América Espanhola.

A nomeação de João de Melo, em 1517 teria sido acompanhada da recondução dos poderes dos donatários, já que desde 1514 a nomeação de corregedores implicava

<sup>9</sup> Carta de Pero Álvares de Caminha a el-Rei, São Tomé, 30 de julho de 1499. BRÁSIO, Antonio. *Monumenta Missionária Africana 1471-1531*. Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954.

<sup>10</sup> Carta de jurisdição a Fernão de Melo. Lisboa, 15 de dezembro de 1499. BRÁSIO, Antonio. *Monumenta Missionária Africana 1471-1531*. Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954.

<sup>11</sup> Carta de alcaidaria a Fernão de Melo. Lisboa, 15 de dezembro de 1499. BRÁSIO, Antonio. *Monumenta Missionária Africana 1471-1531*. Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954.

<sup>12</sup> Santos, A. *formação das estruturas fundiárias e a territorialização das tensões sociais*. p.63

<sup>13</sup> RAMOS, Rui. “Rebelião e sociedade colonial: alvoroços e levantamentos em São Tomé (1545-1555)” in *Revista Internacional de Estudos Africanos* n° 4-5, 1986. p. 73

<sup>14</sup> Idem. p.40

<sup>15</sup> Carta de Bernardo Segura a el-Rei, São Tomé, 15 de março de 1517. BRÁSIO, Antonio. *Monumenta Missionária Africana 1471-1531*. Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954.

<sup>16</sup> Henriques, *São Tomé e Príncipe*. p.91

na suspensão da jurisdição do capitão.<sup>17</sup> Desta forma a chegada de João de Melo fez com que Bernardo Segura perdesse seus poderes, porém administração não tardou a mudar. Em 1522, acusado de corrupção, João de Melo foi expulso e degredado à Ilha do Príncipe.<sup>18</sup> Segundo Rui Ramos, este seria o momento em que Bernardo Segura teria recuperado sua jurisdição, mas não chegou ao fim de seu mandato, sendo substituído por outro corregedor, Francisco Paes do Amaral.<sup>19</sup>

Em 1529, foi a vez do então feitor, João Lobato, escrever à Coroa sobre a situação econômica e social da Ilha, demonstrando também seu interesse pela cana-de-açúcar, pelos engenhos e seus escravos,<sup>20</sup> além de prometer a construção de novos engenhos. Neste período, Bernardo Segura, que anteriormente chegou em São Tomé com o objetivo de ordenar a ilha, ganha destaque novamente, tornando-se um grande adversário da expansão econômica da Coroa. Numa tentativa particular de desenvolver a produção açucareira e em seguida comercializá-la, tornou-se um obstáculo à João Lobato, dificultando-o na compra de terras para novas roças e engenhos. “Bernardo Segura garantiria o sucesso agrícola e os mercadores encarregar-se-iam da sua exportação”.<sup>21</sup> João Lobato o acusava de roubos, de manipulação das eleições do conselho, onde os ofícios eram destinados à “gente de sua parcialidade”.<sup>22</sup>

A sociedade são-tomense se formou, principalmente, a partir da mistura de portugueses e africanos. A colonização começou a partir da presença de portugueses livres, ou seja, aqueles que estavam interessados nos privilégios cedidos pela Coroa, ou então eram enviados para ocupar os cargos político-administrativos e militares. Junto a esse grupo também havia degredados, que tinham a chance de enriquecer, desfrutando dos privilégios concedidos aos demais povoadores. Além dos estrangeiros, como comerciantes castelhanos, franceses e genoveses, que também eram atraídos pelas “boas condições de instalação que a Coroa portuguesa oferecia – terra farta e barata”.<sup>23</sup> O

<sup>17</sup> Ramos, *Rebelião e sociedade colonial*. .

<sup>18</sup> Henriques, *São Tomé e Príncipe*. p. 78. Neste ano a ilha foi incorporada aos bens da Coroa.

<sup>19</sup> Ramos, “*Rebelião e sociedade colonial*..” p.73 Francisco Paes do Amaral teria sido referido como o substituto de Bernardo Segura na carta de João Lobato, de 1529.( Relatório de João Lobato a D. João III, São Tomé, 13 de abril de 1529. In BRÁSIO, Antonio. *Monumenta Missionária Africana 1471-1531*. Agência Geral do Ultramar,Lisboa, 1954.) Há também uma carta do próprio Francisco Paes do Amaral ao rei, de 28 de março de 1530. (A.N.T.T. , C.C. I-44-118).

<sup>20</sup> Relatório de João Lobato a D. João III, São Tomé, 13 de abril de 1529. BRÁSIO, Antonio. *Monumenta Missionária Africana 1471-1531*. Agência Geral do Ultramar,Lisboa, 1954.

<sup>21</sup> Santos, *A formação das estruturas fundiárias e a territorialização das tensões sociais* p.60

<sup>22</sup> Ramos, *Rebelião e sociedade colonial*. p.40

<sup>23</sup> Henriques, *São Tomé e Príncipe – A Invenção de uma sociedade*. p.36

grupo africano era composto por forros, escravos domésticos e das plantações e homens livres, que eram do litoral do continente e foram atraídos para a ilha, no intuito de criar uma rede indispensável para o desenvolvimento de São Tomé e das atividades em África, tornaram-se elementos importantes intermediando as relações, em especial no início da colonização, no qual a principal atividade consistia no comércio com a costa. Alguns escravos foram alforriados pelos seus próprios senhores ou pela determinação da Coroa. Em 1515, D. Manuel declarou livre as escravas dadas aos povoadores, assim como seus filhos.<sup>24</sup> Em 1517 a situação se repete, desta vez D. Manuel mandou aplicar aos escravos homens e seus filhos a carta de alforria que as escravas haviam recebido.<sup>25</sup>

Provavelmente foram estes ex-escravos e ex-escravas que deram origem ao grupo que formou a Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Negros de São Tomé. Consta de 1526 a Carta Régia que outorgou os privilégios da respectiva Confraria.<sup>26</sup> A criação de uma Confraria não foi a única forma dos negros demonstrarem que exerciam um papel muito mais dinâmico na sociedade em constituição. Como as péssimas condições de vida e de trabalho eram os principais motivos para as fugas, um interior descontrolado possibilitava a constituição de mocambos.<sup>27</sup> A *guerra do mato*, fuga de escravos e seus ataques, tomou tal proporção que os administradores de São Tomé chegaram a fazer pedidos de ajuda, junto a Lisboa para construção de fortalezas no interior.<sup>28</sup> Em 1534 foi criado um novo cargo administrativo, o de Meirinho da Serra, que tinha o objetivo de tentar anular a fronteira que surgiu da permanência destes escravos fugidos no interior da ilha.<sup>29</sup> Os brancos, mulatos e até os africanos temiam que tal guerra levasse a ilha a se tornar propriedade dos negros fugidos.

Nesta época, os portugueses começaram a perceber a dificuldade de fazer da ilha um espaço plenamente português, a africanização é uma realidade retratada nos documentos: como os exércitos formados por homens brancos e negros no intuito de

<sup>24</sup> Carta de alforria às escravas de São Tomé, Almeirim, 29 de janeiro de 1515. BRÁSIO, Antonio. *Monumenta Missionária Africana 1471-1531*. Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954.

<sup>25</sup> Carta de alforria aos escravos de São Tomé, Lisboa, 24 de janeiro de 1517. BRÁSIO, Antonio., *Monumenta Missionária Africana 1471-1531*. Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954.

<sup>26</sup> Carta de l-Rei D. João III, Santarém, 09 de julho de 1526. BRÁSIO, Antonio. *Monumenta Missionária Africana 1471-1531*. Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954

<sup>27</sup> Isabel de Castro Henriques afirma que para a maioria dos autores brasileiros, mocambo seria um sinônimo de quilombo, ambos servem para designar as instalações dos escravos africanos que fugiam para o mato. Os mocambos foram encontrados em São Tomé desde o século XVI. p.114

<sup>28</sup> HENRIQUES, Isabel Castro. *Os pilares da diferença: relações Portugal-África séculos XV-XX*. Lisboa, Caleidoscópio e Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004. p 216

<sup>29</sup> Santos, *A formação das estruturas fundiárias e a territorialização das tensões sociais*. p.83



capturar escravos fugidos;<sup>30</sup> o relato do Piloto Anônimo se refere a pretos muito ricos na colônia e de diferentes proveniências. Se “notava ainda grande percentagem de mulatos;”<sup>31</sup> além de um decreto 1538, que determinou que os mulatos casados e honrados na Ilha de São Tomé poderiam servir nos ofícios do conselho.<sup>32</sup> A incapacidade em criar um espaço efetivamente europeizado aos poucos foi sendo percebida, manter o controle total da ilha e das atividades econômicas desenvolvidas ficou cada vez mais difícil. A Coroa portuguesa passou a disputar espaço com os próprios portugueses enraizados na ilha, com os mulatos e com os africanos que trocaram o continente pela vida em São Tomé.<sup>33</sup>

Partindo da atividade agrícola como forma de povoamento, já experimentada em outras ilhas do Atlântico e seguindo a lógica de que “açúcar e escravos são inseparáveis”,<sup>34</sup> a lucrativa experiência do cultivo da cana-de-açúcar na ilha da Madeira, estimulou as tentativas de repetir o lucro em outras regiões. Portugal já trazia escravos da costa africana e desta forma São Tomé poderia contar com uma mão-de-obra próxima. A idéia do cultivo da cana esteve presente desde sua ocupação como podemos perceber na documentação: em 1485 através de carta régia são determinados os impostos a serem pagos sobre o açúcar exportado.<sup>35</sup> O itinerário de Jerônimo Münzer, de 1494, fornece informações da ilha, dentre elas a existência de “plantações de cana-de-açúcar e que as canas crescem tres vezes mais que na ilha da Madeira e que produzem bom açúcar.”<sup>36</sup> Com o decorrer dos anos, a produção foi se intensificando, pois a região contava com vários pontos favoráveis, como o clima equatorial, que proporcionava o cultivo da cana por um longo período do ano e a proximidade com a costa, que reduzia os gastos do transporte marítimo, na medida que diminuía a quantidade de mantimentos e água utilizados com os escravos trazidos do continente,

<sup>30</sup> Henriques, *São Tomé e Príncipe*. p.112-116

<sup>31</sup> TENREIRO, Francisco. *A Ilha de São Tomé (estudo geográfico)*. Lisboa: Junta de investigações do Ultramar, 1961. Francisco tenreiro 1961. p. 63

<sup>32</sup> CORTESÃO, Jaime. *Os Portugueses em África*. Portugalia Lisboa: Editora, 1968. p.36

<sup>33</sup> “Por alvará de 1520, confirmado em 1538, o monarca comunicava ao capitão de São Tomé, juizes, vereadores e procurador que 'Hei por bem que os homens Pardos nella moradores entrem nos officios da Governança da Ilha como então os Outros moradores da dita Ilha sem nisso se fazer deferença deles aos homens brancos', permitindo portanto o acesso aos officios da governação às pessoas de origem mestiça.” in Araújo, *A Ilha de São Tomé – Alguns problemas históricos* p 263

<sup>34</sup> Henriques, *São Tomé e Príncipe*. p.68

<sup>35</sup> Idem. p.73

<sup>36</sup> Itinerário do Dr. Jerônimo Münzer: Palavras de D. João II. Rei de Portugal, sobre a ilha de São Tomé, 1494. BRÁSIO, Antonio. *Monumenta Missionária Africana 1471-1531*. Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954.

diminuindo também o número de mortes. Nestas terras, novas práticas emergiram, as outras ilhas do Atlântico produziam o açúcar em pequena escala e com mão-de-obra diferenciada, em São Tomé a mão-de-obra escrava africana foi a mais expressiva.<sup>37</sup> Na ilha também foram introduzidas novas plantas e técnicas, configurando ao comércio agrícola um papel importante na economia, ilustrado por exemplo, pelo direito dos moradores de venderem esses produtos à Mina.

Ainda no início da colonização, D. João II concedeu aos moradores da ilha o direito de traficar escravos na costa africana para além de São Jorge da Mina. Enquanto parte dos escravos permanecia na ilha, os demais aguardavam para serem reembarcados principalmente em direção a São Jorge da Mina, Antilhas e Portugal. Este comércio também possibilitou a liderança de São Tomé na produção de açúcar. Havia senhores que chegavam a ter até trezentos escravos em suas plantações, lembrando que, por vezes os escravos que seriam reexportados esperavam a hora do embarque nas fazendas particulares, onde também aprendiam a trabalhar na produção açucareira. A estadia em São Tomé valorizava esses escravos, funcionando como uma fase de adaptação ao tipo de vida que teriam em seu novo destino, o que caracterizava um diferencial<sup>38</sup>. Como exemplo deste negócio ativo, temos a carta do corregedor Bernardo Segura, que constatou que no ano de 1516, entre “08 de janeiro e 19 de dezembro, a ilha contou com a entrada na Casa da Feitoria, de quinze armações com um total de 4.072 peças de escravos”<sup>39</sup>.

Luiz Felipe de Alencastro chega a afirmar que para o “colonato são-tomense”, tornou-se mais interessante traficar escravos do que cultivar cana-de-açúcar, visto que, no início do século XVI, havia na ilha, dois mil escravos fixos, e de cinco à seis mil esperando o embarque. Já Isabel Castro Henriques demonstra que, no mesmo período em que a ilha se tornava um importante entreposto de escravos, a economia açucareira crescia e se beneficiava com a mão-de-obra que lá permanecia ou apenas estava de passagem.<sup>40</sup> Os dois mil escravos que, segundo Alencastro, eram fixos, com certeza,

---

<sup>37</sup> Apesar de pouco mencionado há documentação relatando escravos brancos: Carta de jurisdição a Fernão de Melo. Lisboa, 15 de dezembro de 1499. BRÁSIO, Antonio. *Monumenta Missionária Africana 1471-1531*. Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954.

<sup>38</sup> Santos, *A formação das estruturas fundiárias e a territorialização das tensões sociais*. p.77.

<sup>39</sup> Carta de Bernardo Segura a el-Rei, São Tomé, 15 de março de 1517. BRÁSIO, Antonio. *Monumenta Missionária Africana 1471-1531*. Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954.

<sup>40</sup> Henriques, *São Tomé e Príncipe – A Invenção de uma sociedade*. p.68 Relembrando: os próprios documentos refletem tal perspectiva: o “Regimento da venda do açúcar de São Tomé” data de 1517 e o

estavam envolvidos na produção da cana-de-açúcar.

A partir de 1525 São Tomé ganhou foro de cidade<sup>41</sup>, e por volta de 1550 constituem-na 600 a 700 fogos (entre 2000 e 3000 habitantes)<sup>42</sup>. Em meados do século XVI, o Piloto Anônimo aponta os 60 engenhos existentes como unidades de povoamento concentrado. Em volta dos engenhos estavam as casas dos proprietários e dos mestres de açúcar. Próximo as florestas encontravam-se as dos negros e escravos. Neste período podemos considerar que pelo menos metade da população na ilha era escrava, porém tal índice, logo em seguida, aumentou significativamente. De acordo com Alberto da Costa e Silva, esta proporção superou os  $\frac{3}{4}$  da população<sup>43</sup>. Francisco Tenreiro arrisca que em meados do século XVI, São Tomé contabilizaria por volta de 10.000 habitantes, sem contar os moradores dos engenhos que ficavam na região norte e nordeste da ilha e muito menos os escravos fugidos que permaneciam nos mocambos espalhados no interior.<sup>44</sup>

A Coroa Portuguesa acreditando nas potencialidades de São Tomé fez da ilha a base de suas operações comerciais, não só com os “Rios dos Escravos” – denominação dada pelos portugueses à região dos golfos do Benim e de Biafra, onde estes freqüentavam o delta do Níger e os rios que lhe ficavam logo a oeste – mas também com o Congo.<sup>45</sup> Estes pontos percorridos, segundo Jaime Cortesão, fizeram com que a expansão dos portugueses nas terras continentais do golfo da Guiné fosse obra quase que exclusiva dos moradores da ilha de São Tomé, muito mais numerosos e ricos que os de quaisquer dos demais estabelecimentos<sup>46</sup>.

Analisando a relação entre a Coroa portuguesa e a ilha de São Tomé, nos deparamos com a autonomia dos portugueses enraizados na ilha, constatando que estes negociavam, principalmente na região do Reino do Congo, de forma independente em relação às políticas da Coroa portuguesa<sup>47</sup>. Em 1512, o rei de Portugal resolveu assumir

---

“Regimento do Trato de São Tomé” data de 1519.

<sup>41</sup> Chancelaria de D. João III. Carta de cidadania a São Tomé, Évora, 22 de abril de 1525. BRÁSIO, Antonio. *Monumenta Missionária Africana 1471-1531*. Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954.

<sup>42</sup> Ramos, *Rebelião e sociedade colonial*.

<sup>43</sup> SILVA, Alberto da Costa. *A Manilha e o Libambo – A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional: 2002. p.319.

<sup>44</sup> Tenreiro, *A Ilha de São Tomé* p 63-64

<sup>45</sup> SILVA. *A Manilha e o Libambo*. p.321

<sup>46</sup> Exemplo: S. Jorge da Mina, fortaleza de Achem e do Cabo Corso. Cortesão, *Os Portugueses em África*. p. 38.

SOUZA, Marina de Mello. Catolicismo e comércio na região do Congo e de Angola, séculos XVI e XVII in *Nas Rotas do Império* org: João Fragoso, Manolo Florentino, Antônio Carlos Jucá e Adriana Campos.



o exclusivo das trocas com o Congo, aumentando a hostilidade com os homens de São Tomé. A partir de 1514, a situação se agravou, quando D. Manuel autorizou Antônio Carneiro, secretário da Ilha do Príncipe, a explorar o comércio com o Benim por quatro anos. Em vista desta situação, houve um aumento significativo da relação entre São Tomé e Congo, intensificando o conflito de interesses dos moradores da ilha e a Coroa. Antes mesmo do monopólio de Antônio Carneiro, estratégias como o desvio de correspondências e o impedimento da passagem de padres, eram utilizadas na tentativa de prejudicar o contato de Portugal e Congo. Segundo Charles R. Boxer, para fugir do cumprimento dos decretos reais e dos pagamentos das taxas de importação no porto congolês de Mpinda, os comerciantes de escravos de São Tomé concentraram seus negócios numa região mais ao sul: o reino de Ndongo.<sup>48</sup> As tentativas portuguesas de controle sob a região do Congo não cessaram e em 1519 – ano do “Regimento do Trato de São Tomé”<sup>49</sup> – foi determinado que qualquer escravo ou mercadoria só poderia sair do Congo em navios de El-Rei,<sup>50</sup> ficando os particulares proibidos de abastecimento.<sup>51</sup>

Uma outra questão pertinente é retratada pelos conflitos locais provenientes das relações estabelecidas na própria África. O soberano do Congo ao monopolizar as trocas com os navios da Coroa portuguesa, também incomodava alguns dos grandes senhores congolezes, que desejavam ter acesso direto às mercadorias trazidas pelos europeus. Aliados aos comerciantes de São Tomé – compradores e vendedores de escravos – os adversários do respectivo soberano, fizeram o que estava ao alcance para perturbar a política da Coroa Portuguesa, seja mentindo ao soberano português, ocultando fatos importantes ou escapando de seu controle. A princípio poderia causar espanto o fato do Rei do Congo em 1529 mandar uma carta a Portugal pedindo um maior controle sobre os navios que chegavam ao seu porto, alegando que necessitava apenas de vinho e farinha para realizar as cerimônias católicas e que desejava que em seu reino não existisse o “trato de escravos”.<sup>52</sup> Contudo arriscamo-nos em apontar que tais navios

---

Espírito Santo: EDUSF, 2006.

<sup>48</sup> BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.114.

<sup>49</sup> Regimento do Trato de São Tomé, Almeirim, 08 de fevereiro de 1519. BRÁSIO, Antonio *Monumenta Missionária Africana 1471-1531*. Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954

<sup>50</sup> Alvará para as autoridades da Mina e São Tomé, Évora, 18 de novembro de 1519. BRÁSIO, Antonio. *Monumenta Missionária Africana 1471-1531*. Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954.

<sup>51</sup> SILVA. *A Manilha e o Libambo*. p.373.

<sup>52</sup> Carta do Rei do Congo a D. João III. 06 de julho de 1526. BRÁSIO, Antonio. *Monumenta Missionária Africana 1471-1531*. Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954.

impertinentes, certamente eram de santomenses. Somando-se a esta questão, os portugueses de São Tomé já estavam cientes da importância comercial de Angola e tudo indica que estes homens foram os primeiros a freqüentar o porto de Luanda, em benefício do rei de Angola e detrimento do soberano do Congo, prejudicando também a Coroa Portuguesa, que não era beneficiada com estas transações. Em 1548, o Rei do Congo fez a denúncia a D. João III, que determinou a proibição deste tráfico, porém o rei de Angola também resolveu reivindicar enviando uma embaixada a Lisboa. Em 1549, São Tomé obteve o arrendamento do comércio antes proibido.<sup>53</sup>

Com estes homens enraizados distantes da metrópole e dotados de poderes, a administração dependia de autoridade, de relações econômicas e de parentesco. O capitão tinha o direito de dar terras em sesmarias, e sem dúvida dava a parentes e amigos. O mesmo também determinava as carreiras do quadro institucional, onde os homens podiam ser recompensados com honrarias e prestígios. Os corregedores e capitães que substituíram os donatários não se envolviam diretamente com a economia, mas os poderes que possuíam garantiam a influência sobre o processo econômico. A criação de redes de interdependência, que buscavam uma possível preponderância política e econômica, podem ser caracterizadas como formas de resistência ao movimento de centralização que o aparelho administrativo português procurava realizar.<sup>54</sup>

São Tomé constituiu um espaço onde portugueses e africanos, livres e escravos, contribuíram de forma dinâmica para a construção de uma sociedade nova.<sup>55</sup> A ilha tornou-se um ponto estratégico: desocupada, com características propícias à cultura da cana-de-açúcar e próxima àqueles que se tornariam os grandes mercados de escravos do continente africano. Liderando a produção de açúcar, como um armazém de escravos e distribuidor de “peças”, constatamos principalmente suas singularidades, além da complexidade e a dinâmica das relações no ultramar e as contribuições na expansão portuguesa e conseqüentemente em seus desdobramentos.

---

<sup>53</sup> Cortesão, *Os Portugueses em África..* p.46

<sup>54</sup> HESPANHA, António Manuel e XAVIER, Ângela Barreto. “As Redes Clientelares” in *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso, vol. IV, *O Antigo Regime (1620-1807)*, coordenado por A. M. Hespanha. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, pp 383

<sup>55</sup> Henriques, *São Tomé e Príncipe – A Invenção de uma sociedade.* p.102.

**ANEXOS:**

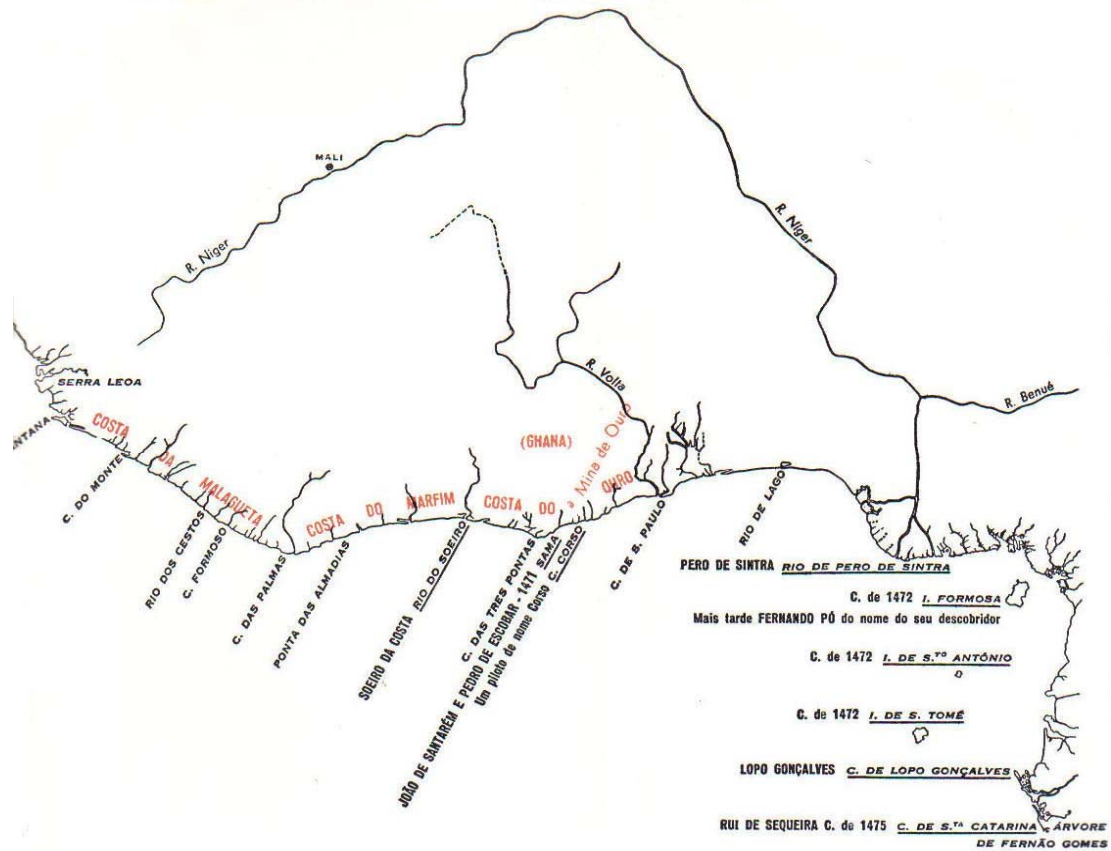


Ilustração 1: Os descobrimentos no Golfo da Guiné, segundo o mapa publicado por Jaime Cortesão em “Os Descobrimtos Portugueses”.



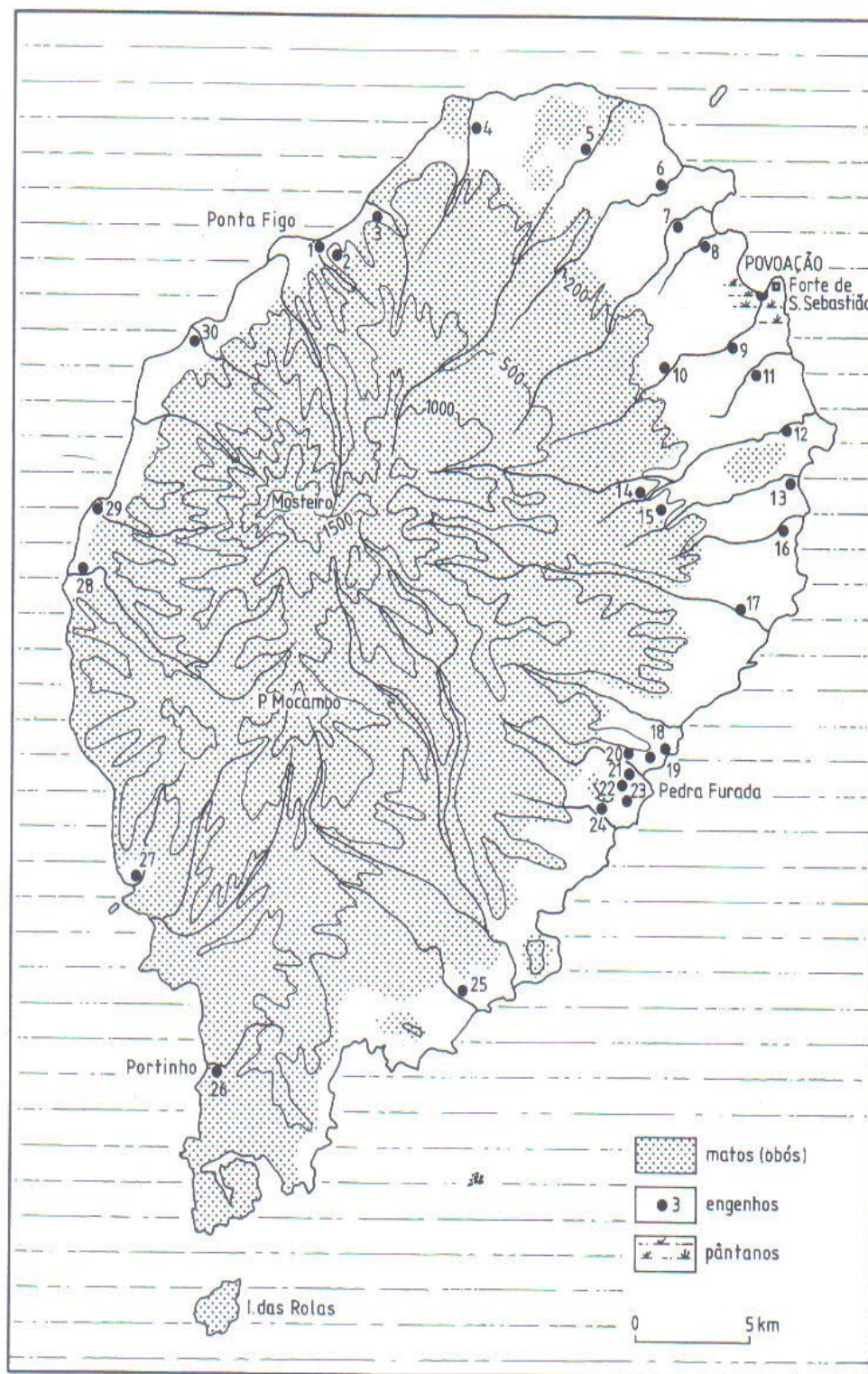


Ilustração 2: As Ilhas de São Tomé no século XVII in SERAFIM, Cristina Maria Seuanes. Centro de História Além-mar. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2000.

**Bibliografia:**



**ALENCASTRO**, Luis Felipe. *O trato dos viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

**ANÔNIMO**, Piloto. Viagens de um piloto português do século XVI à Costa de África São Tomé. Introdução, tradução e notas por Arlindo Manuel Caldeira. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

**ARAÚJO**, Maria Benedita A. de Almeida. *A Ilha de São Tomé – Alguns problemas históricos*. Separata da Revista da Universidade de Coimbra. Vol. XXXVI, ano 1991.

**BRÁSIO**, Antônio. Monumenta Missionária Africana – 1469-1599. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954.

\_\_\_\_\_. Monumenta Missionária Africana – 1471-1531. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954.

\_\_\_\_\_. Monumenta Missionária Africana – 1500 -1569. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954.

**BETHENCOURT**, Francisco e **CHAUDHURI**, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*. Volume I, Navarra: Círculo de Leitores, 1998.

**BOXER**, Charles R. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

**CORTESÃO**, Jaime. *Os Descobrimentos Portugueses*. Volumes I, II e III. Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1990.

\_\_\_\_\_. *Os Portugueses em África*. Portugalia Lisboa: Editora, 1968.

**HENRIQUES**, Isabel Castro. *São Tomé e Príncipe – A invenção de uma sociedade*. Lisboa: Veja Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. Os pilares da diferença: relações português-áfrica séculos XV-XX. Lisboa, Caleidoscópio e Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.

**HESPANHA**, António Manuel; **XAVIER**, Ângela Barreto. *As redes clientelares in História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807) v IV*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

**RAMOS**, Rui. “Rebelião e sociedade colonial: alvoroços e levantamentos em São Tomé (1545-1555)” in *Revista Internacional de Estudos Africanos* n° 4-5, 1986.

**SANTOS**, Catarina Madeira. “A formação das estruturas fundiárias e a territorialização das tensões sociais: São Tomé, primeira metade do século XVI” in *Revista Studia*, n° 54/55, 1996.

**SEIBERT**, Gabriel. “Os angolares da Ilha de São Tomé: Náufragos, Autóctones ou Quilombolas?” in *Textos de História-Dossiê História Atlântica – Revista do Programa de Pós-graduação em História*. Volume 12 – nº 1/2 2004.

**SILVA**, Alberto da Costa. *A Manilha e o Libambo – A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

**SOUZA**, Marina de Mello e. Catolicismo e comércio na região do Congo e de Angola, séculos XVI e XVII in *Nas Rotas do Império* org: João Fragoso, Manolo Florentino, Antônio Carlos Jucá e Adriana Campos. Espírito Santo: EDUSF, 2006.

\_\_\_\_\_. *África e Brasil Africano*. São Paulo: Editora Ática, 2006.

**SCHWARTZ**, Stuart B. *Segredos Internos – Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

**TENREIRO**, Francisco. *A Ilha de São Tomé (estudo geográfico)*. Lisboa: Junta de investigações do Ultramar, 1961.